

A MÍDIA E A ABORDAGEM DOS LGBT: um retrato da matéria “A Outra Pílula Azul” da revista Época.

Jose Thales do Nascimento LIMA¹

Maria Paula SILVEIRA²

Paulo Vitor Giraldi PIRES³

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade abrir discussão sobre a abordagem que a mídia, em particular a imprensa jornalística, tem sobre a pessoas LGBT. Busca-se ainda elucidar sobre a importância do movimento LGBT, como responsável de garantia de direitos civis e igualdade social para as pessoas que se identificam nesse grupo. Para analisar como a mídia se posiciona e contribui para a concepção da sociedade sobre os LGBT, utilizaremos da matéria “A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha” escrita por Danilo Thomaz para a revista Época. Será analisado também, a forma como foi construída a reportagem. Autores como Facchini (2003), embasando sobre o surgimento do movimento LGBT; Guareschi & Biz (2005) explicando o poder da mídia e Foucault (1996) abordando a análise do discurso midiático.

Palavra Chave: Movimento; LGBT; Pr-EP; Discurso; Mídia.

Introdução

O movimento LGBT – sigla que abrange as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros – surgiu no Brasil na década de 70 e tinha objetivo de representar pessoas que não se encaixava nos padrões de relacionamento social ou pela sua designação enquanto sexo e identidade. Atualmente, o movimento LGBT goza de alguns direitos conquistados através da luta pela afirmação na sociedade. Esses poucos direitos conquistados é fruto de anos na luta por representatividade que neste artigo necessita ser explanado para entender como esse movimento foi construído.

Por meio de pesquisa bibliográfica, fez-se um resgate histórico do movimento LGBT no Brasil, ressaltando a importância da imprensa alternativa como disseminador das causas defendidas pelo movimento, e dos grupos de afirmação como engajador político-social.

¹ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da UNIFAP, email: thaleslimas@hotmail.com

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da da UNIFAP, email: mpsilveira29@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UNIFAP, email: paulogiraldi2@gmail.com

Analisa-se, ainda, nesse artigo como o discurso jornalístico pode contribuir para a construção de uma sociedade com pensamento descabido sobre os LGBT. Além disso, sinaliza para cooperação que a mídia jornalística tem no fortalecimento do ódio contra a sociedade LGBT e como desmobilizador do movimento que engloba esse público.

Para análise usaremos a matéria “A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha” escrita pelo jornalista Danilo Thomaz para a revista Época na edição de nº 1031, publicada no dia 02/04/2018.

Levar-se-á em conta a construção da narrativa jornalística e como essa narrativa carrega estereótipos, estimulando um pensamento homogêneo sobre as pessoas LGBT. A matéria é pessimista e exerce a desinformação sobre o tema, insinua que apenas “grupos de risco” – termo em desuso desde a década de 1990 – sofreriam com o vírus, além de se colocar de forma imparcial e listada como um desserviço para a população segundo grupos de apoio a pessoa soropositivo.

Organizações governamentais como o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais e o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), também se manifestaram publicando notas de repúdio a reportagem e, sua repercussão em redes sociais e fóruns nos traz o questionamento sobre como a mídia aborda a comunidade LGBT+.

Construção do movimento LGBT

Os anos 70 no Brasil tinha como principal marca a dura repressão resultante do golpe militar instaurado em 1964. Foi nesse período que surgiu as primeiras manifestações que propunha a afirmação de grupos homossexuais no país.

Antes de ter um nome formalizado foi chamado de movimento dos homossexuais e lésbicas, depois abrangendo as travestis. Após diversas discussões e a necessidade de englobar as pessoas que não se consideravam homossexuais e nem heterossexuais e que estavam compelidos em ter uma classificação, além classificação de pessoas que praticam sexo com pessoas do mesmo sexo e com pessoas do sexo diferente, sendo mais tarde identificadas como pessoas bissexuais. Originando a sigla LGBT, onde o “L” estaria à frente para dá mais

visibilidade as lésbicas. A letra T um significado mais completo, representando as Travestis, Transexuais e Transgêneros.

O movimento LGBT surgiu em um momento político onde não se havia uma liberdade para que novas ideias e novas concepções de sociedade fossem discutidas. No primeiro momento não tinha caráter politizado, apenas de representação. Esse movimento surgiu como forma de unir pessoas consideradas à margem da sociedade e organizá-las em grupos de afirmações. A partir desse momento começa-se as primeiras discursões sobre a diversidade sexual e de movimento libertário indo contramão a política repressora e tradicional advinda da ditadura de 1964.

A partir da segunda metade da década de 70, começam a surgir timidamente alguns grupos de resistências. A volta do movimento estudantil e do movimento sindical dava força para que outros grupos tomassem coragem para lutar por representação e contra os abusos que o regime militar colocava.

Habert (1996, pg. 25) destaca que um dos movimentos de resistência foi a imprensa alternativa. Os “nanicos” (como eram chamados os jornais alternativos) tiveram um grande papel se opondo contra o regime e como veiculador de informação que era censurada dos grandes jornais. Os pioneiros desse movimento da imprensa foram os jornais “O Pasquim” e o “Opinião”, que abrirão portas para que outros jornais surgissem. Nessa onda da imprensa alternativa, um jornal dava início a luta do movimento homossexual brasileiro, o Lampião da Esquina.

O jornal o Lampião da Esquina foi criado por um conjunto de jornalistas, entre eles Aguinaldo Silva, João Antônio Mascarelhas, João Silvério Trevisan e outros, e tinha como foco principal dá voz aos homossexuais, tendo sua circulação entre os anos de 1978 a 1981.

Segundo Facchini (2003, pg. 84) entende-se como movimento homossexual um conjunto de associações e entidades que juntas têm o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação e identificação sexual de um conjunto de indivíduos. Ainda segundo Facchini (2003), esse movimento é dividido em dois momentos históricos: “primeiro e segunda onda”. A “primeira onda” compreende-se como o período que dá início ao movimento e “dissolve” com o aparecimento do AIDS nos anos 80. (FACCHINI, 2003, pg. 96)

Fazendo parte da “primeira onda” está a criação do jornal Lâmpião da Esquina e do primeiro grupo afirmativo e organização política SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em São Paulo em 1978. Segundo MacRae (1985, pag. 220, apud FACCHINI, 2003, pag.88) a criação do grupo SOMOS se deu por um boicote ao jornal Lâmpião da Esquina em uma semana de debate. Após esse evento um dos fundadores do jornal, João Silvério Trevisan, junto a um grupo organizaram para refletir sobre questões que envolviam minorias. Surgindo o SOMOS, que no início era composto apenas por homens gays.

Nos anos seguintes houve um fortalecimento desse movimento com a realizações de encontros onde participavam grupos de diversos estados. A reivindicações começaram a tomar forma não somente como questões sociais de visibilidade, mas político e de saúde. O grupo SOMOS já era o mais importante e maior grupo de afirmação homossexual. De acordo com Facchini (2003, pg. 92) do grupo SOMOS saíram membros e formaram outros grupos de afirmação homossexual, como Eros, Libertos, Outra Coisa e o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

Esses grupos perduraram por algum tempo e tiveram sua importância na luta do movimento LGBT, participando de campanhas, como a “promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) contra a classificação da homossexualidade adotada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)” (FACCHINI, 2003, p. 92), e no fortalecimento de debates sobre assuntos. Porém, muito desses grupos dissolvera-se por falta de recurso para pagamento de aluguel e por uma falta de compatibilidade ideológica dentro dos próprios movimentos.

Facchini (2003, pg.93) levanta que como o aparecimento da AIDS nos primeiros anos da década de 80 contribuiu para o desaparecimento desses grupos.

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Se MacRae havia identificado 22 grupos no Brasil no início dos anos 1980, um documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia falava em 7 grupos existentes em 1984 e 6 em 1985. Em outubro de 1986, seriam 12 grupos e em maio de 1988, 8 grupos. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da AIDS, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. (FACCHINI, 2003, p. 93)

Nota-se que a autora utiliza da palavra “desmobilização”. Não é à toa que esses grupos que não tinham suporte político deixassem de pautar a liberdade sexual para empenhar-se totalmente na causa da epidemia, tentando desassociar qualquer rótulo pejorativo às pessoas. Além disso, a autora fala da importância que o movimento teve no surgimento de política pública voltadas à saúde LGBT e de reconhecimento não apenas como doença ligada a um grupo, mas um problema de saúde coletiva.

Nesse sentido, Facchini (2003, pg. 94) fala ainda sobre a importância do Lâmpião da Esquina como fortalecedor da causa homossexual e como o encerramento do jornal enfraqueceu o movimento.

[...] o fim do Lâmpião da Esquina, que encerrou suas atividades em junho de 1981, deixou os grupos órfãos do meio de comunicação por meio do qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento. (FACCHINI, 2003, p. 94)

É importante ressaltar que o período político que o Brasil vivia, além desses eventos que tiveram influências direta ou indiretamente, teve sua contribuição para dissolver os movimentos e nascer outros com novas perspectivas. A redemocratização pós ditadura modificou a forma como os movimentos sociais, não somente o homossexual, começou a se comportar diante de suas reivindicações. O enfraquecimento do autoritarismo, a abertura política e a retomada da democracia permitiram aos grupos uma organização mais organizada e institucionalizada.

Os grupos de afirmação da “segunda onda” reconheciam a importância dos primeiros grupos surgidos no final dos anos 70 e início dos anos 80 na construção da identidade homossexual. Diferente dos primeiros grupos que utilizavam das experiências dos membros dos grupos para buscar afirmação, permanecendo uma luta mais interna. Agora os grupos da “segunda onda” defendiam uma maior participação dentro da política e de direitos civis, sendo uma preocupação mais coletiva e que englobasse todos.

Esses grupos que surgiram após a redemocratização da política buscavam organizar-se e determinar termos para legitimar o movimento, como por exemplo o reconhecimento do termo “orientação sexual” que vem aniquilar a “ambivalência” da homossexualidade como

“opção” ou como “essência”. Além disso, buscavam dissociar a epidemia da AIDS com a homossexualidade.

De todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos marginais passa a ser uma característica bastante presente nessa segunda onda do movimento. O processo de redemocratização na sociedade brasileira e a consequente desmobilização das propostas mais antiautoritárias de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências à ela relacionadas. (FACCHINI, 2003, pag. 102)

Com o ressurgimento de grupos de afirmação homossexuais, foi dado mais visibilidade a grupos poucos explorados nos debates, as lésbicas, travestis e transexuais. Foi também nesse período, a partir dos anos 90, que os encontros de gays, lésbicas, travestis e transexuais ganharam mais notoriedade pública, surgindo também uma organização que representasse todos os grupos, criando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em 1995. Foi nesse ano também que, segundo Facchini (2003), houve mais financiamento estatal para os encontros com o objetivo de promover o combate às DST/AIDS.

Percebe-se que a relação homogênea que a sociedade tem sobre a comunidade LGBT, sendo associada a doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS, tem uma contribuição desde do início dos anos 90 dos programas onde o governo enfatiza e foca em apenas um grupo de pessoas.

Muito depois, quando todas as pesquisas a respeito do vírus do HIV foram realizadas, políticas públicas foram criadas e, o termo “peste gay” caiu em desuso, sendo considerado preconceituoso já que não eram apenas “pessoas do grupo de risco” que poderiam vir a ter o vírus, toda a população, independente de orientação sexual, classe ou cor estava inclusa nessa probabilidade.

Poder da mídia

Desde o surgimento da mídia impressa, passando pelo rádio, chegando na mídia televisiva e atualmente com a mídia digital, a comunicação tem interferência na sociedade.

Não é à toa que o surgimento dos primeiros impressos de Gutenberg em 1430 tenha sido a bíblia, e anos mais tarde, em 1517, explode na Europa a Reforma Protestante. A relação

entre os dois fatos, a tradução e a “popularização” da bíblia naquela época tenha contribuído para novos pensamentos sobre religião.

A relação entre os primeiros impressos de Gutenberg, a “popularização” da bíblia e a Reforma Protestante, busca evidenciar como a mídia exerce um poder sobre a sociedade. Não se pode negar a mídia como formadora do senso comum e da opinião pública. Antes, é necessário compreender o que seria esse senso comum e essa opinião pública.

Entende-se como senso comum como conhecimentos que se utiliza para julgar determinado fato sem necessidade de um estudo anterior, esses conhecimentos advêm da sociedade. A base do senso comum são as experiências vividas em sociedade.

A opinião pública é um conjunto de ideias que generalizadas na sociedade resulta em uma opinião coletiva sobre determinado assunto de interesse público.

A mídia utiliza esses dois recursos de formação da concepção social para controle social. Tudo que é disponibilizado pela mídia é pensado e tem um propósito. Segundo Guareschi & Biz (2005, pg. 8) a mídia cerca as pessoas, desconsiderando, até mesmo, a Constituição, passando a ter um interesse maior que não busca priorizar a coletividade, mas a interesses de “donos”. Dessa forma busca sempre mostrar aquilo que convém a seu interesse.

A mídia ocupou um espaço importante dentre da sociedade democrática nos últimos anos. Assim como os poderes legítimos que são base de uma sociedade democrática – Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário – a mídia seria o quarto poder democrático e teria esse título pelo papel que exerce ao “vigiar” os outros poderes e no controle da organização social (RAMONET, 2013, pg. 64).

Ramonet (2013, pg. 65) completa falando que a mídia assume o papel de cidadão, contribuindo para a construção da opinião pública.

Como disse Pierre Bourdieu, “a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação”; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos ou crenças. A opinião pública pressiona os poderes legítimos e, além disso, transmite a eles seu descontentamento ou sua desaprovação em relação a tal ou qual medida, sendo um agente indispensável para o bom funcionamento da democracia atual.[...] É por esse motivo que falamos em quarto poder, ele é uma espécie de contrapoder, um contrapeso aos poderes legítimos na democracia. (RAMONET, 2013, pg. 65).

É claro essa participação da comunicação, e consequentemente da mídia, nos processos sociais, sendo responsável nas mudanças de comportamento e estruturas organizacionais dentro de um grupo social. Guareschi & Biz (2005, pg. 38) falam que a mídia possui um caráter centralizador, “modificando a forma como as pessoas se relacionam, como aprendem, compram, namoram, votam, consultam médico, fazem sexo” e, também, construindo os discursos que é reproduzido de forma hegemônica pela sociedade.

A mídia já tem tanta participação na vida das pessoas que hoje ela é responsável pela construção da realidade. Costuma-se acreditar mais nos fatos que a mídia apresenta do que realmente acontece ou existe. A mídia utiliza de seus poderes para atribuir valores à alguém ou algo. E quando não existe um consumidor dessas mídias que não tenha um olhar crítico, esses valores são internalizados para si. É o que os autores chamam de “conotação valorativa”, uma mídia que constrói valores. “O que está na mídia não é só, então, o existente. Ela cria e reproduz, de igual modo, crenças e valores que levam à ação” (GUARESCHI & BIZ, 2005, pg. 42)

O discurso midiático

Quando se lê um texto jornalístico que carrega uma informação de algum fato, estar-se tendo uma visão de um mundo por uma ótica diferente. Essa ótica nem sempre condiz com a realidade. Os textos, hoje em dia, são a junção de vários discursos, levando em consideração a formação da sociedade, nunca sendo integro.

Os discursos são construídos através de uma visão social de quem constrói sobre o algo que evolva um grande grupo. Pode ser entendido como uma visão do coletivo produzida por um ser que representa o social utilizando de bases construídas pela sociedade. Entre essas bases estão a ética, crenças, o sistema, o senso-comum e a opinião pública. Dentro do discurso existem as representações. O discurso produzido nem sempre carrega as representações corretas da realidade, prejudicando no processo democrático social.

Utilizando do poder que a mídia tem sobre a sociedade, os discursos vêm sendo compreendido como o agente principal nas mudanças da sociedade. Utiliza, também, da hegemonia para construir uma autenticidade direcionada. Para Foucault (1996, pg 8), os discursos são construídos com um propósito.

(...) em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8).

Essa relação de discurso midiático e poder busca evidenciar a falta de transparência nos textos vinculados. Nenhum discurso é neutro, ele sempre carrega em si “objetos de conhecimento, sujeitos, relações sociais” (PEREIRA, 200?, pg. 5).

Através dos discursos, a mídia tem o poder de moldar as pessoas, produzindo uma “política de identidade”(FILHO, 2004, pg 47). Esse poder interfere na política, na economia, nas escolhas, no estilo de vida, no consumo, etc.

Essas diretrizes que moldam o indivíduo também cria os estereótipos como forma de controle social. O estereótipo exume toda forma como o indivíduo se identifica, como ele se comporta, onde ele está encaixado na sociedade à apenas uma característica que responde por todo um grupo. Filho (2004, pg. 48) diz que o estereótipo criado pela mídia “alegoriza” a realidade do indivíduo.

Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, Nós e Eles. Tonificam a auto-estima e facilitam a união de todos “nós” que somos normais, em uma “comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expõem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente. (FILHO, 2004, pg. 48).

Nota-se que a mídia se utiliza de vários meios de interferência no meio social. Essa interferência social está atrelada a interesses proveniente das classes dominantes de uma sociedade. Assim busca-se sempre que o indivíduo fique atrelado à mídia como forma de controle, evitando que haja um conflito social e a perda da dominação da sociedade.

Objeto de Análise

A revista *Época*, da Editora Globo, foi lançada em 1998 e é uma das revistas de maiores circulação no Brasil que possui credibilidade e é referência em seu meio. Em sua edição de nº1031, disponível também em formato digital, publicou uma reportagem escrita pelo jornalista Danilo Thomaz intitulada “A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha”.

Título da Imagem - Capa da edição de nº1031 da revista Época



Fonte: Site da revista Época . Disponível em <https://epoca.globo.com/saude/noticia/2018/03/o-novo-azulzinho.html>

A partir do contexto histórico sobre a visibilidade LGBT em meio a lutas sociais e apuração midiática, em seu texto, a matéria aborda a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP), que são medicamentos distribuído pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para agir de forma preventiva contra a infecção do organismo pelo vírus do HIV.

A reportagem é escrita de forma estereotipada e preconceituosa, deixando o leitor confuso e sem o esclarecimento a respeito da informação sobre o medicamento trazendo em seu título impresso “a outra pílula azul” e no título em seu site “o novo azulzinho”, há uma comparação entre os medicamentos para disfunção erétil, conhecido popularmente como pílula azul, e a pílula do dia seguinte.

No livro Teorias da Comunicação, Mauro Wolf (2003) enumera alguns fatores que definem os critérios de noticiabilidade, como a importância dos envolvidos, quantidade de pessoas atingidas, interesse nacional, feitos excepcionais, atualidade, novidade, brevidade.

Os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pré-exposição (PrEP) de risco à infecção e para Profilaxia Pós-exposição (PEP) de risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais emitidos pelo Ministério da Saúde (2014, pag. 11) reconhece que:

nenhuma intervenção de prevenção isolada é suficiente para reduzir novas infecções e que diferentes fatores de risco de exposição, transmissão e infecção operam, de forma dinâmica, em diferentes condições sociais, econômicas, culturais e políticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, pag. 11)

Apesar dos dados realmente afirmarem que uma das populações em situação de vulnerabilidade sejam homens gays, a revista usa o termo “grupo de risco” em uma linguagem que deixa o leitor confuso transparecendo que homens gays contraem HIV por serem “promíscuos” e que novamente o protocolo afirma que “o simples pertencimento a um desses grupos não é suficiente para caracterizar indivíduos com exposição frequente ao HIV. Para essa caracterização é necessário observar as práticas sexuais, as parcerias sexuais e os contextos específicos associados a um maior risco de infecção” e não descarta pessoas heterossexuais de possivelmente contraírem o vírus.

Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, Nós e Eles. (JAMESON, 1998, apud FILHO, pag. 47).

Vale ressaltar que a PrEP e a Pep são medicamentos que consistem no uso de antirretrovirais para reduzir o risco de adquirir a infecção pelo vírus do HIV, ou seja, também ajuda na prevenção de pessoas são sorodiscordantes e querem se relacionar e não num uso irresponsável como aponta a reportagem ou sobre uma alternativa além da camisinha.

Os meios de comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de pânico morais. (BECKER, 1963 apud FILHO, 2004, pag. 49).

É preciso analisar a ética jornalística e os valores-notícias de toda a empresa já que uma matéria precisa passar por várias etapas para chegar a ser capa, e ninguém impediu esta em questão de ser o seu foco principal, mas também não se deve negligenciar a ética do profissional na maneira em pautou as informações.

A teoria do Gatekeeper, segundo Pena (2013, pag.133), “refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia [...] Ele é o responsável

pela progressão da notícia ou por sua ‘morte’, caso opte por não deixá-la prosseguir”. Ou seja, o jornalista em uma ação pessoal, escolheu o que iria ser noticiado e assim, seu impacto social.

Segundo o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, no Art. 7, capítulo V, o jornalista não deve usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime; e no Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Desta forma, tanto empresa quanto o jornalista são responsáveis pelas falhas cometidas na matéria e podemos verificar isso quando a polêmica gerada pela matéria de capa abriu fóruns, discussões e notas de repúdio tanto em redes sociais quanto em órgãos públicos.

Em sua retratação a empresa continua se pautando como tendo total credibilidade e usando frases como “ÉPOCA reforça que, em nenhum momento, a reportagem relaciona a PrEP ao aumento dos casos de HIV/aids, assim como não há qualquer afirmação de que o novo medicamento é o responsável pela queda no uso da camisinha” apesar do subtítulo da reportagem afirmar que homens gays abandonam o uso do preservativo.

Considerações Finais

Tenta-se exaltar nesse artigo a necessidade de que os cidadãos do século XXI tenha um pensamento crítico sobre a mídia. Esse pensamento crítico é defendido pelos autores Guareschi & Biz (2005, pg. 9) através da execução de um quinto poder que vai de encontro com o poder que a mídia exerce sobre a sociedade. Esse quinto poder vem da educação para poder saber criticar a mídia.

É necessário também ser trabalhado no profissional de jornalismo o entendimento do poder que a mídia exerce na sociedade e como trabalhar esse poder em benefício de um coletivismo. As causas sociais devem ser levadas em conta quando se trabalha de movimentos que necessitam de representação na sociedade.

Deve ser desmistificar a centralidade da informação, torna as grandes mídias como apenas mais uma fonte de onde pode discordar ou consumir o discurso. O direito à informação e o direito à comunicação são garantidos como direitos humanos, extinguir esse direito em benefícios individuais é não assumir com a responsabilidade da profissão.

Esses pensamentos de mídia e o poder dela busca contribuir para a democracia nos meios de comunicação e ressaltar a importância de uma mídia mais participativa, em busca de lugar para todos os grupos que compõe a sociedade.

Bibliografia

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado"** : uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Campinas, SP, 2014.

THOMAZ, Danilo. A outra pílula azul: o novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha. Revista Época, edição de nº1031. Rio de Janeiro, p. 303-364, abril. 2018.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. 2003

FILHO, João Freire. **Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias**. 2004

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e Poder**: A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 13ª ed. Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e Cidadania**: tudo o que você precisa saber sobre a mídia. 2ª ed. Editora Vozes. Petrópolis – RJ. 2005.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: o apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3ª ed. Editora Ática. São Paulo – SP. 1996.

PEREIRA, Ilidio. O discurso midiático e a produção de identidade social. [200?].

LEAL, Bruno Souza. CARVALHO, Carlos Alberto. **A Grande Mídia Brasileira e Identidades LGBT**: Um retrato em 2008. Revista Académica de la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. 2012.

LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA. Disponível em: <
<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br>> Acesso em: 15 maio 2018

RAMONET, Ignácio. **Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados?**. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. *Teorias da comunicação*. Presença, 1987.

Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pré-exposição (PrEP) de risco à infecção – MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pós-exposição de risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais – MINISTÉRIO DA SAÚDE.

<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2018/04/polemica-da-pilula-azul.html> . Acesso em 08/05/2018